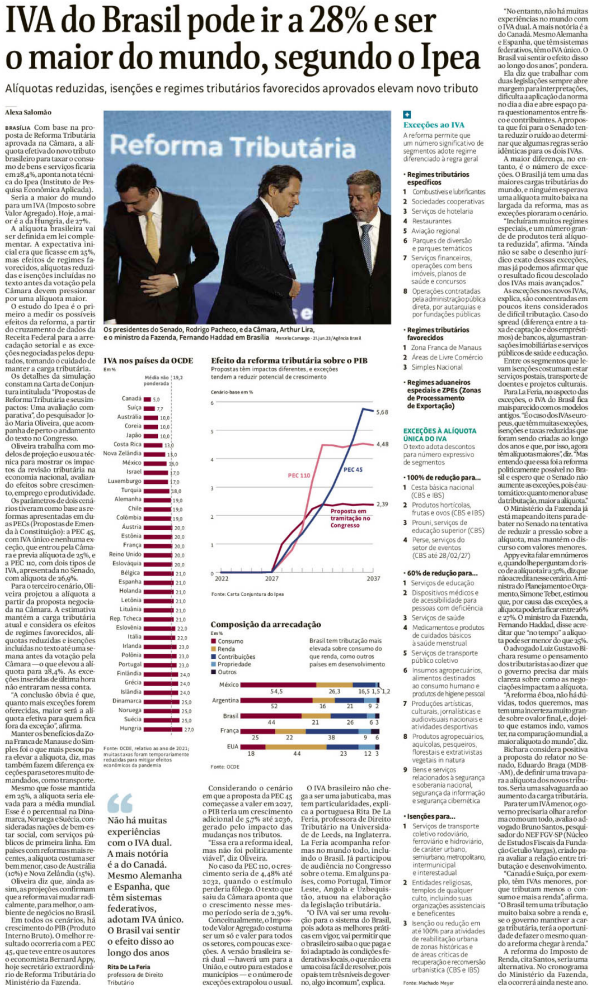
FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 17/07/2023 - 05:59

IVA do Brasil pode ir a 28% e se tornar o maior do mundo



IVA do Brasil pode ir a 28% e ser o maior do mundo, segundo o Ipea

Alíquotas reduzidas, isenções e regimes tributários favorecidos aprovados elevam novo tributo

Alexa Salomão

BRASÍLIA Com base na proposta de Reforma Tributária aprovada na Câmara, a alíquota efetiva do novo tributo brasileiro para taxar o consumo de bens e serviços ficaria em 28,4%, aponta nota técnica do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Seria a maior do mundo para um IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Hoje, a maior é a da Hungria, de 27%.

A alíquota brasileira vai ser definida em lei complementar. A expectativa inicial era que ficasse em 25% mas efeitos de regimes favorecidos, alíquotas reduzidas e isenções incluídas no texto antes da votação pela Câmara devem pressionar por uma alíquota maior.

O estudo do Ipea é o primeiro a medir os possíveis efeitos da reforma, a partir do cruzamento de dados da Receita Federal para a arrecadação setorial e as exceções negociadas pelos deputados, tomando o cuidado de manter a carga tributária.

Os detalhes da simulação constam na Carta de Conjuntura intitulada "Propostas de Reforma Tributária e seus impactos: Uma avaliação comparativa", do pesquisador João Maria Oliveira, que acompanha de perto o andamento do texto no Congresso.

Oliveira trabalha com modelos de projeção e usou a técnica para mostrar os impactos da revisão tributária na economia nacional, avaliando efeitos sobre crescimento, emprego e produtividade.

Os parâmetros de dois cenários foram como base as reformas apresentadas em duas PECs (Propostas de Emenda à Constituição): a PEC 45, com IVA único e nenhuma exceção, que entrou pela Câmara e previa alíquota de 25%, e a PEC 110, com dois tipos de IVA, apresentada no Senado, com alíquota de 26,5%.

Para o terceiro cenário, Oliveira projetou a alíquota a partir da proposta negociada na Câmara. A estimativa manteve a carga tributária atual e considera os efeitos de regimes favorecidos, alíquotas reduzidas e isenções incluídas no texto até uma semana antes da votação pela Câmara — o que elevou a alíquota para 28,4%. As exceções inseridas de última hora não entraram nesse conta.

"A conclusão óbvia é que, quanto mais exceções forem oferecidas, maior será a alíquota efetiva para quem fica fora da exceção", afirma.

Manter os benefícios da Zona Franca de Manaus e do Simples foi o que mais pesou para elevar a alíquota, diz, mas também fazem diferença exceções para setores muito demandados, como transporte.

Mesmo que fosse mantida em 25%, a alíquota seria elevada para a média mundial. Essa é o percentual na Dinamarca, Noruega e Suécia, consideradas países de bem-estar social, com serviços públicos de primeira linha. Em países com reformas mais recentes, a alíquota costuma ser bem menor, caso de Austrália (10%) e Nova Zelândia (15%).

Oliveira diz que, ainda assim, as projeções confirmam que a reforma vai mudar radicalmente, para melhor, o ambiente de negócios no Brasil.

Em todos os cenários, há crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). O melhor resultado ocorreria com a PEC 45, que tece entre os autores o economista Bernard Appy, hoje secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda.

"No entanto, não há muitas experiências no mundo com o IVA dual. A mais notória é a do Canadá. Mesmo Alemanha e Espanha, que têm sistemas federativos, têm o IVA único. O Brasil vai sentir o efeito disso ao longo dos anos", pondera.

Ela diz que trabalhar com duas legislações sempre abre margem para interpretações, dificulta a aplicação da norma no dia a dia e abre espaço para questionamentos entre fisco e contribuintes. A proposta que foi para o Senado tenta reduzir o nulo ao determinar que algumas regras serão idênticas para os dois IVAs.

A maior diferença, no entanto, é o número de exceções. O Brasil já tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, e ninguém espera uma alíquota muito baixa na largada da reforma, mas as exceções pioraram o cenário.

"Incluíram muitos regimes especiais, e um número grande de produtos terá alíquota reduzida", afirma. "Ainda não se sabe o desenho jurídico exato dessas exceções, mas já podemos afirmar que o resultado ficou descolado dos IVAs mais avançados."

As exceções nos novos IVAs, explica, são concentradas em poucos itens considerados de difícil tributação. Caso do spread (diferença entre a taxa de captação e dos empréstimos) de bancos, algumas transações imobiliárias e serviços públicos de saúde e educação.

Entre os segmentos que levam isenções costumam estar serviços postais, transporte de docentes e projetos culturais.

Para La Feria, no aspecto das exceções, o IVA do Brasil fica mais parecido com os modelos antigos. "E o caso dos IVAs europeus, que têm muitas exceções, isenções e taxas reduzidas que foram sendo criadas ao longo dos anos e que, por isso, agora têm alíquotas maiores", diz. "Mas entendo que essa foi a reforma politicamente possível no Brasil e espero que o Senado não aumente as exceções, pois caso tomássemos o caminho errado, a tributação, maior a alíquota."

O Ministério da Fazenda já está mapeando itens para debater no Senado na tentativa de reduzir a pressão sobre a alíquota, mas mantém o discurso com valores menores.

Appy evita falar em números e, quando lhe perguntam do risco de a alíquota ir a 28%, diz que não acredita nesse cenário. Ao ministro do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, estimou que, por causa das exceções, a alíquota poderia ficar entre 26% e 27%. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse acreditar que "no tempo" a alíquota pode ser menor do que 25%.

O advogado Luiz Gustavo Bichara resume o pensamento dos tributaristas ao dizer que o governo precisa dar mais clareza sobre como as negociações impactam a alíquota.

"A reforma é boa, não há dúvidas, todos queremos, mas tem uma incerteza muito grande sobre o valor final, e, dejeito que estamos indo, vamos ter, na comparação mundial, a maior alíquota do mundo", diz.

Bichara considera positiva a proposta do relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), de definir uma trava para a alíquota dos novos tributos. Seria uma salvaguarda ao aumento da carga tributária.

Para ter um IVA menor, o governo precisaria olhar a reforma como um todo, avalia advogado Bruno Santos, pesquisador do NEF FGV-SP (Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getulio Vargas), criado para avaliar a relação entre tributação e desenvolvimento.

"Canadá e Suíça, por exemplo, têm IVAs menores, porque tributam menos o consumo e mais a renda", afirma. "O Brasil tem uma tributação muito baixa sobre a renda e, se o governo mantiver a carga tributária, terá a oportunidade de fazer o mesmo quando a reforma chegar à renda."

A reforma do Imposto de Renda, cita Santos, seria uma alternativa. No cronograma do Ministério da Fazenda, ela ocorrerá ainda neste ano.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 11

Copyright © Clipclap 2025.